UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO

Termo de Referência 132/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
132/2026	153052-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	MICHELLE MARIA DE OLIVEIRA LANDIM	04/09/2026 10:19 (v 0.17)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	344/2026	23070.036205/2026-42

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais bibliográficos nacionais e estrangeiros - cursos de Fisioterapia e Pedagogia**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QUANT.	UNIDADE FORNECIMENTO	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	3	UNIDADE	ALGRANTI, L. M. Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821). São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2004. (Coleção Estudos Históricos). ISBN 9788527106535.	486167	R$ 59,28	R$ 177,84
2	3	UNIDADE	ALMEIDA, Rosângela; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1994. ISBN 9788585134471.	481570	R$ 43,41	R$ 130,23
3	3	UNIDADE	ALVES, M. do R. do N. R.. Educação de jovens e adultos. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. (Série Ensinar Leitura e Escrita no Ensino Fundamental, 4). ISBN 9788588456815.	486167	R$ 48,29	R$ 144,87
4	3	UNIDADE	ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003. ISBN 9788588456150.	481570	R$ 57,16	R$ 171,48
5	3	UNIDADE	ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, A. A. (org.). Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Caminhos da educação do campo). ISBN 9788565381345.	486167	R$ 83,87	R$ 251,61
6	3	UNIDADE	BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. ISBN 9788532618191.	486166	R$ 76,38	R$ 229,14
7	3	UNIDADE	BECHARA, Evanildo. Lições de português pela análise sintática. 18. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. ISBN 9786556406909.	486167	R$ 94,97	R$ 284,91
8	3	UNIDADE	BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (org.). A Bússola do Escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. ISBN 9788524918810.	486167	R$ 118,70	R$ 356,10
9	3	UNIDADE	BORGES, Vavy Pacheco. O que é História. São Paulo: Brasiliense, 1993. ISBN 9788511010176.	481570	R$ 30,27	R$ 90,81
10	3	UNIDADE	BRISOLARA, L. B.; SEMINO, M. J. I. ¿Cómo pronunciar el español? La enseñanza de la fonética y fonología para brasileños: ejercicios prácticos. Pontes Editores, 2016. ISBN 9788571135215.	486164	R$ 58,00	R$ 174,00

11	3	UNIDADE	CALVINO, I. Seis propostas para o novo milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. ISBN 9788571641259.	486164	R$ 89,90	R$ 269,70
12	3	UNIDADE	CANDAU, Vera Maria. Didática em questão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. ISBN 9788532600936.	486167	R$ 61,67	R$ 185,01
13	3	UNIDADE	CARLE, E. Uma lagarta muito comilona. Barueri, SP: Callis, 2011. ISBN 9788574167794.	486164	R$ 84,74	R$ 254,22
14	3	UNIDADE	CARR, J.; SHEPHERD, R. Neurological Rehabilitation: Optimizing motor performance. 2nd. ed. Edinburgh: Churchill Livingstone, 2010. ISBN 9780702040511.	486170	R$ 580,52	R$ 1.741,56
15	3	UNIDADE	CARVALHO, Carlos R. R. Ventilação mecânica. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000. 2 v. ISBN 9788538806561.	486170	R$ 190,10	R$ 570,30
16	3	UNIDADE	CARVALHO, Maria Cecília Maringoni (org.). Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989. ISBN 9788530809119	481570	R$ 104,10	R$ 312,30
17	3	UNIDADE	CASTELLS, M. A sociedade em rede. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz & Terra, 2013. (Série A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 1). ISBN 9788577530366.	486166	R$ 139,90	R$ 419,70
18	3	UNIDADE	COE, N.; HARRISON, M.; PATERSON, K. Oxford practice grammar: basic. Oxford: Oxford University Press, 2019. ISBN 9780194214735.	486164	R$ 276,63	R$ 829,89
19	3	UNIDADE	COLOMER, Tereza. Andar entre livros: a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007. ISBN 9788526012332.	481570	R$ 89,61	R$ 268,83
20	3	UNIDADE	COMPAGNON, A. Literatura pra quê? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. ISBN 9788570417534.	486164	R$ 35,14	R$ 105,42
21	3	UNIDADE	CONNOR, S. Teoria e valor cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994. ISBN 9788515009862.	486167	R$ 68,34	R$ 205,02
22	3	UNIDADE	CONTRERAS, J. A autonomia de professores. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018. ISBN 9788524919237.	486167	R$ 117,29	R$ 351,87
23	3	UNIDADE	CORSINO, P. (org.). Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. ISBN 9788574962269	486167	R$ 63,93	R$ 191,79
24	3	UNIDADE	COSTA, C. T. da. Arte no Brasil 1950-2000: movimentos e meios. São Paulo: Alameda, 2009. ISBN 9788598325026.	486167	R$ 89,81	R$ 269,43
25	3	UNIDADE	COURTINE, J.; CORBIN, A.; VIGARELLO, G. (org.). História do corpo: 3. as mutações do olhar: o século XX. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 3. ISBN 978-8532636270.	604134	R$ 243,82	R$ 731,46
26	3	UNIDADE	CUIN, C.; GRESLE, F. História da Sociologia 1: antes de 1918. Petrópolis: Vozes, 2017. v.1. (Série Sociologia: pontos de referência). ISBN 9788532654106.	486167	R$ 82,20	R$ 246,60
27	3	UNIDADE	CUIN, C.; GRESLE, F. História da Sociologia 2: depois de 1918. Petrópolis: Vozes, 2017. v. 2. (Série Sociologia: pontos de referência). ISBN 9788532654113.	486167	R$ 82,20	R$ 246,60
28	3	UNIDADE	CUNHA, L. Profissonhos: um guia poético. 2. ed. São Paulo: Planeta Infantil, 2013. ISBN 9788542200850.	486164	R$ 45,26	R$ 135,78
29	3	UNIDADE	DAMATTA, R. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986. ISBN 9788532502018.	486167	R$ 51,64	R$ 154,92
30	3	UNIDADE	DANTO, A. O que é a arte? Belo Horizonte: Editora Relicário, 2020. ISBN 9786586279092.	486167	R$ 87,40	R$ 262,20
31	3	UNIDADE	DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018. (Docência em Formação: Ensino Fundamental). ISBN 9788524926358.	486167	R$ 107,40	R$ 322,20
32	3	UNIDADE	DUSO, L.; HOFFMANN, M. B. (org.). Docência em Ciências e Biologia: propostas para um continuado (re)iniciar. Ijuí: Unijuí, 2013. ISBN 9788541900638.	481582	R$ 95,07	R$ 285,21
33	3	UNIDADE	ERTHAL, T. C. Manual de psicometria. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. ISBN 9788571103412.	486167	R$ 90,06	R$ 270,18
34	3	UNIDADE	EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. (org.). A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Coleção Literatura e Educação). ISBN 9788586583407.	486164	R$ 83,95	R$ 251,85
35	3	UNIDADE	FERNÁNDEZ, E. M.; CAIRNS, H. S. Fundamentals of psycholinguistics. United Kingdom: Wiley-Blackwell, 2010. (Fundamentals of Linguistics). ISBN 9781405191470.	486164	R$ 354,53	R$ 1.063,59
36	3	UNIDADE	FERRAREZI JÚNIOR, C. Ensinar o brasileiro: respostas a 50 perguntas de professores de língua materna. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.	486164	R$ 56,88	R$ 170,64

			ISBN 9788588456686.			
37	3	UNIDADE	FERREIRA, G.; COTRIM, C. (org). Escritos de artistas: anos 60 e 70. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. ISBN 9788571109391.	486164	R$ 135,54	R$ 406,62
38	3	UNIDADE	FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 terceira república (1945-1964). 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v.3. ISBN 9788520013595.	486167	R$ 153,68	R$ 461,04
39	3	UNIDADE	FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). O Brasil republicano: o tempo da nova república da transição democrática à crise política de 2016 quinta república (1985-2016). 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v.5. ISBN 9788520013618.	486167	R$ 153,52	R$ 460,56
40	3	UNIDADE	FERREIRA, Taís; FALKEMBACH, Maria Fonseca. Teatro e Dança nos anos iniciais. Porto Alegre: Mediação, 2012. (Coleção Educação Arte). ISBN 978-8577060740.	604134	R$ 66,74	R$ 200,22
41	3	UNIDADE	FONTANA, Roseli Aparecida Cação. Mediação pedagógica na sala de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. ISBN 9788585701147.	481570	R$ 72,90	R$ 218,70
42	3	UNIDADE	FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (org.). O Brasil Colonial: 1720-1821. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v 3. (Coleção O Brasil Colonial). ISBN 9788520011331.	486167	R$ 179,69	R$ 539,07
43	3	UNIDADE	FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para internet. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. ISBN 9788520505946.	486166	R$ 74,97	R$ 224,91
44	3	UNIDADE	FRANCHI, C.; NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. Mas o que é mesmo "gramática"?. São Paulo: Cortez, 2006. ISBN 9788588456556.	486167	R$ 69,85	R$ 209,55
45	3	UNIDADE	FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Maria Fernanda. Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Programa de Estudos dos Povos Indígenas, Departamento de Extensão SR-3, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997. ISBN 9788575111383.	481570	R$ 56,00	R$ 168,00
46	3	UNIDADE	FREIRE, PAULO. PEDAGOGIA DA ESPERANÇA: UM REENCONTRO COM A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO. 12. ED. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 2005	486167	R$ 77,60	R$ 232,80
47	3	UNIDADE	FRITZEN, Silvino José. Jogos dirigidos. Petrópolis: Vozes, 1989. ISBN 9788532604200.	481570	R$ 61,71	R$ 185,13
48	3	UNIDADE	GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. 9. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2022. v. 2. ISBN 9786558020233.	486167	R$ 108,01	R$ 324,03
49	3	UNIDADE	GRIMAL, P. O século de Augusto. Lisboa: Edições 70, 2008. (Coleção Lugar da História). ISBN 9789724414195.	486167	R$ 338,96	R$ 1.016,88
50	3	UNIDADE	GUIMARÃES, L. B.; KRELLING, A. G.; BARCELOS, V. (org.). Tecendo educação ambiental na arena cultural. Petrópolis: DP et Alii, 2010. ISBN 9788561593346.	486167	R$ 65,68	R$ 197,04
51	3	UNIDADE	HELM, J. H. BENEKE, S. O poder dos projetos: novas estratégias e soluções para a educação infantil. Porto Alegre: ArtMed, 2005. ISBN 9788536305134.	486166	R$ 140,00	R$ 420,00
52	3	UNIDADE	HELOANI, R. Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN 9788524905261.	486166	R$ 78,28	R$ 234,84
53	3	UNIDADE	HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 16. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. ISBN 9788501115591.	486166	R$ 66,90	R$ 200,70
54	3	UNIDADE	HUSSERL, E. Meditações cartesianas: precedido de Conferências de Paris. Lisboa: Edições 70, 2024. ISBN 9789724427959.	486167	R$ 102,78	R$ 308,34
55	3	UNIDADE	KALINKE, L. P. (org.). Metodologia da pesquisa em saúde. 4. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2019. ISBN 9788578084356.	486170	R$ 87,30	R$ 261,90
56	3	UNIDADE	KANDEL, Eric R. et al. Princípios de Neurociências. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. ISBN 978-8580554052.	486167	R$ 771,00	R$ 2.313,00
57	3	UNIDADE	KUNSCH, M. M. K. (org.). Comunicação organizacional: linguagem, gestão e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 2. ISBN 9788502083141.	486166	R$ 209,74	R$ 629,22
58	3	UNIDADE	LA TAILLE, Yves de. Formação ética: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009. ISBN 978-8536316925.	604134	R$ 189,00	R$ 567,00
59	3	UNIDADE	LALLEMENT, M. História das ideias sociológicas: das origens aos contemporâneos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2018. ISBN 9788532658531.	486167	R$ 228,60	R$ 685,80
60	3	UNIDADE	LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte:	481570	R$ 187,00	R$ 561,00

			Editora UFMG, 1999. ISBN 9788573074895			
61	3	UNIDADE	LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C. (org.). Desafios da educação de jovens e adultos: construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. ISBN 9788575261491	486167	R$ 70,09	R$ 210,27
62	3	UNIDADE	LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. (org.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. São Paulo: Alinea, 2021. ISBN 9788575168967.	486166	R$ 101,94	R$ 305,82
63	3	UNIDADE	LIMA VAZ, H. C. de. Escritos de filosofia: problemas de fronteira. São Paulo: Loyola, 1986. ISBN 9788515017362	486166	R$ 61,84	R$ 185,52
64	3	UNIDADE	LOT, F. O Fim do mundo antigo e o princípio da idade média. Lisboa: Edições 70, 2008. ISBN 9789724413648.	486167	R$ 154,88	R$ 464,64
65	3	UNIDADE	LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2015. ISBN 9788524916571.	486167	R$ 125,87	R$ 377,61
66	3	UNIDADE	MACHADO, R. Foucault, a filosofia e a literatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (Inclui conferência inédita de Michel Foucault: linguagem e literatura). ISBN 9788571105294.	486166	R$ 94,90	R$ 284,70
67	3	UNIDADE	MANDRYK, D.; FARACO, C. Prática de redação para estudantes universitários. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. ISBN: 9788532602633.	486164	R$ 122,78	R$ 368,34
68	3	UNIDADE	MARTINO, Luís Mauro Sá. Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. ISBN 978-8532625175.	486166	R$ 129,59	R$ 388,77
69	3	UNIDADE	MEAD, M.; BENEDICT, R.; SAPIR, E. Cultura e personalidade. Organização Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. ISBN 9788537814048.	486167	R$ 84,80	R$ 254,40
70	3	UNIDADE	MENESES, Paulo. Hegel & a fenomenologia do espírito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Coleção Passo a Passo - 15). ISBN 978-8571107014.	486167	R$ 74,71	R$ 224,13
71	3	UNIDADE	MOLLIER, J. A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção História e Historiografia). ISBN 9788575263273.	486167	R$ 79,97	R$ 239,91
72	3	UNIDADE	MONTESSORI, M. A formação do homem. Campinas: Kirion, 2018. ISBN 9788594090171.	486167	R$ 66,80	R$ 200,40
73	3	UNIDADE	MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. 21. ed. Santos: Annablume, 2018. ISBN 9788574193601.	486167	R$ 69,49	R$ 208,47
74	3	UNIDADE	MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: uma história de sua história. Marília: Cultura Acadêmica, 2011. ISBN 9788539303687.	486167	R$ 80,77	R$ 242,31
75	3	UNIDADE	MOTTA, R. P. S. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (1964: 50 anos depois). ISBN 9788537811870.	486167	R$ 130,57	R$ 391,71
76	3	UNIDADE	MOURA, H.; CAMBRUSSI, M. Uma breve história da linguística. São Paulo: Vozes, 2018. ISBN 9788532656506.	486164	R$ 88,00	R$ 264,00
77	3	UNIDADE	OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). Metodologia das ciências humanas. São Paulo: Unesp; Hucitec, 2001. ISBN 9788527104654.	481570	R$ 84,72	R$ 254,16
78	3	UNIDADE	OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2020. ISBN 9788524927560.	486167	R$ 98,50	R$ 295,50
79	3	UNIDADE	OROFINO, M. I. Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade. Cortez, São Paulo, 2012. (Guia da Escola Cidadã, 12). ISBN 9788524911491.	486167	R$ 92,41	R$ 277,23
80	1	UNIDADE	OXFORD COLLOCATIONS DICTIONARY: For students of english. Oxford: Oxford University Press, 2009. ISBN 9780194325387.	486164	R$ 257,29	R$ 257,29
81	3	UNIDADE	PIMENTEL, S. C. Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos. Petrópolis: Vozes, 2011. (Coleção Educação Inclusiva). ISBN 978-8532642707.	486167	R$ 83,22	R$ 249,66
82	3	UNIDADE	PIRES, M. T. B.; STARLING, S. V. Manual de urgências em pronto socorro. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. ISBN 9788527732420.	486170	R$ 507,45	R$ 1.522,35
83	3	UNIDADE	PONTUSCHKA, Nídia Nacib (org.). Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública. São Paulo: Loyola, 1993. ISBN 9788515007905.	481570	R$ 60,39	R$ 181,17
84	3	UNIDADE	REBELATTO, José Rubens; BOTOMÉ, Sílvio Paulo. Fisioterapia no Brasil: fundamentos para uma ação preventiva e perspectivas profissionais. 2. ed. São Paulo: Manole, 1999. ISBN 9786555762075.	486166	R$ 218,94	R$ 656,82
85	3	UNIDADE	REIS, D. A. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. ISBN 9788537811825.	486167	R$ 100,11	R$ 300,33
			ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil.			

86	3	UNIDADE	Petrópolis: Vozes, 2001. ISBN 9788532602459.	486167	R$ 120,80	R$ 362,40
87	3	UNIDADE	SANTOS, G. L; BRAGA, C. B. Tablets, laptops, computadores e crianças pequenas: novas linguagens, velhas situações na educação infantil. Brasília: Líber Livros, 2012. ISBN 9788579630705.	486167	R$ 66,16	R$ 198,48
88	3	UNIDADE	SHIRKY, C. A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. ISBN 9788537805183.	486166	R$ 100,02	R$ 300,06
89	3	UNIDADE	SMOLE, K.S.; DINIZ, M. I. (org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001. ISBN 9788573077612.	486167	R$ 164,72	R$ 494,16
90	3	UNIDADE	SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (org.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. ISBN 9788575261507.	486167	R$ 64,70	R$ 194,10
91	3	UNIDADE	TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: o uso de tecnologias digitais na aplicação das metodologias ativas. 10. ed. São Paulo: Érica, 2018. ISBN 978-8536530222.	486167	R$ 115,00	R$ 345,00
92	3	UNIDADE	TOMPINKS, J. A. et al. Facilities planning. 4th. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010. ISBN 9780470444047.	481577	R$ 554,86	R$ 1.664,58
93	3	UNIDADE	VERNANT, Jean Pierre. As origens do pensamento grego. 24. ed. São Paulo: Difel, 2002. ISBN 9788574320267	486164	R$ 66,51	R$ 199,53
94	3	UNIDADE	VIDAL-NAQUET, P. O mundo de Homero. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. ISBN 9788535902051.	486164	R$ 90,09	R$ 270,27
95	3	UNIDADE	VIEGAS, C. A. de A. Tabagismo: do diagnóstico à saúde pública. São Paulo: Atheneu, 2007. ISBN 9788573799101.	486170	R$ 123,51	R$ 370,53
96	3	UNIDADE	VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. ISBN 9788578270773.	486167	R$ 113,40	R$ 340,20
97	3	UNIDADE	WINCK, J. B. Quem conta um conto aumenta um ponto: design do audiovisual interativo. São Paulo: Garamond, 2011. ISBN 9788576171164.	486164	R$ 55,82	R$ 167,46
98	1	UNIDADE	WITHROW, J.; BROOKES, G.; CUMMINGS, M. C. Inspired to write: readings and tasks to develop writing skills. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. ISBN 9780521537117.	486164	R$ 364,82	R$ 364,82
99	3	UNIDADE	ZANOLLA, S.R. S. Videogame: educação e cultura. Campinas, São Paulo: Alínea, 2010. ISBN 9788575164020.	486167	R$ 54,09	R$ 162,27
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 37.192,98**	

OBSERVAÇÕES:

- **Havendo divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela acima deste Termo de Referência com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem aquisição habitual /rotineira da Administração Pública; apresentação características que encontrem no mercado padrões usuais de especificação e possibilidade de julgamento objetivo pelo menor preço.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de ***06 (seis) meses*** *contados do(a)* ***do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor****, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse termo de referência e alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável 2023/2027.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descriçãoda solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Apresentar juntamente com a proposta de preços a Certificação de Sustentabilidade Ambiental comprovando que cumpre na execução de suas atividades a legislação federal de sustentabilidade ambiental brasileira (Lei 12.187/2009 - Política Nacional de Mudança no Clima, Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MPOG N. 01/2010), podendo alternativamente cumprir este requisito por meio do preenchimento de Declaração de Sustentabilidade Ambiental constante do modelo de proposta de preços que constar do edital de licitação;

4.1.2. Os itens devem atender, preferencialmente, a critérios ambientais, priorizando materiais recicláveis, reciclados ou biodegradáveis, redução de resíduos, embalagens sustentáveis, durabilidade.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição de bens materiais, conforme razões justificadas:

4.3.1. não há complexidade na presente licitação e a entrega do material será em conformidade com a demanda da Instituição, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
4.3.2. a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;
4.3.3. a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias corridos para livros nacionais e até 60 (sessenta) dias corridos para livros importados, contados do(a) envio da nota de empenho via e-mail, em remessa única. 5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Biblioteca Central Prof. Alpheu da Veiga Jardim** – Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (Sibi /UFG), situada na Avenida Esperança, s/n, Campus Samambaia, Goiânia-GO, CEP: 74.690-900.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; .

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;
8.11.2. a data da emissão;
8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.11.5. o valor a pagar; e
8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.19. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação de quitação da Guia de Recolhimento do ICMS – Diferencial de Alíquota (DIFAL), sempre que aplicável, considerando que a Universidade Federal de Goiás é consumidora final – não contribuinte do ICMS.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/08/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s)

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais,* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{}$$

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10%]do valor total estimado da contratação.

9.25. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R$ 37.192,98 (trinta e sete mil, cento e noventa e dois reais e noventa e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 15226/26235;
II) Fonte de recursos: 1000000000;
III) Programa de trabalho: 12364511320RK0052;
IV) Elemento de despesa: 449052; e
V) Plano interno: M0000G9500N.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Goiânia, na data da assinatura digital.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05 (cinco) dias,* contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II)

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência,na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A1]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Goiânia, Seção Judiciária de Goiás para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ...*(identificar o Contratado)*declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão nº. 344/202026,* bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

LEANDRO MACHADO

Agente de Compras

CLEIA REJANE SALES VIDAL OLIVEIRA

Agente de contratação

MICHELLE MARIA DE OLIVEIRA LANDIM

Assistente em administrativo

Assinou eletronicamente em 04/09/2026 às 10:19:16.